



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DANIELLE OLIVEIRA DA SILVA

MÚSICA E APRENDIZAGEM: a linguagem musical
como otimizadora do aprender

Orientador(a): Prof. Dr^a. Norma Maria de Lima

JOÃO PESSOA

2016

DANIELLE OLIVEIRA DA SILVA

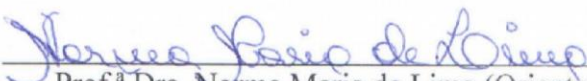
MÚSICA E APRENDZAGEM: A linguagem musical como
otimizadora do aprender

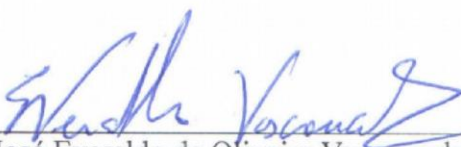
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Bacharelado de Psicopedagogia do
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção
do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Norma Maria de Lima

Aprovado em: 10 / 06 / 2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra. Norma Maria de Lima (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba


Prof.^a Ms. José Everaldo de Oliveira Vasconcelos (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

MÚSICA E APRENDIZAGEM: a linguagem musical

como otimizadora do aprender

RESUMO

Este artigo se propõe discutir a história do ensino de música nas escolas como componente obrigatório, sua extinção e retorno ao currículo normativo e suas possíveis implicações, positivas e negativas, além da opinião de professores a cerca dessa mudança curricular. Trata ainda dos ganhos da musicoterapia e os avanços do método no desenvolver da linguagem verbal em pessoas afásicas, e sugere que a prática musical pode ser um potencializador de aprendizagem principalmente nas séries iniciais da pré-escola. Tudo isso costurado ao olhar psicopedagógico, trabalhando com as mudanças previstas e garantindo o planejamento e execução dessas mudanças em conjunto com toda a comunidade escolar no intuito de tornar cada vez mais acessível e lúdico o ato de aprender.

Palavras-chave: Ensino de música. musicoterapia. Psicopedagogia lúdica.

1 INTRODUÇÃO

A música, como fator de otimização do fazer educativo, promove uma diversidade de condições favoráveis ao desenvolvimento e aprendizagem da criança. Aprender música se traduz como experiências que envolvem a vivência, percepção e a reflexão que devem fazer parte do contexto formativo da criança de forma cada vez mais elaborada.

Nesse sentido esse estudo se propõem a identificar a relação de perda e ganho com a institucionalização obrigatória do estudo de música nas escolas públicas, medida que foi aprovada e a obrigatoriedade se dará a partir do ano de 2019. A inclusão do componente curricular na Educação Básica vem com o intuito de garantir a dimensão do currículo em áreas afins no sentido que garanta uma amplitude da construção do ser cognoscente, que garanta mais que a alfabetização básica no sentido de fugir das aulas e dos componentes taxativos, formar um cidadão com amplo conhecimento em todas áreas do pensamento, utilizando de conhecimentos artísticos que impulsionem para uma aprendizagem otimizada.

Sabe-se da importância de aulas complementares para a formação em diferentes sentidos na construção do ser cognoscente, assuntos transversais e o acesso a atividades artísticas na escola básica que tem o objetivo de tornar o aprendente capaz de, com um senso crítico refinado, desenvolver plenamente suas funções cerebrais, não somente com as artes, mas quaisquer outros estímulos benéficos as suas construções, aqui nos deteremos à música.

A Musicoterapia é um método muito disseminado e conhecido, utilizado como terapia para diferentes síndromes e transtornos e sua eficácia é notoriamente reconhecida, além de promover a socialização sem contraindicações a nenhuma das partes. A aplicabilidade desse modelo de terapia ou ensino proporciona e desperta atividades cerebrais e estimulam o seu funcionamento de maneira mais harmônica. A música é um bem imaterial e constitui uma privilegiada prática social, ela é capaz de nos fazer exercitar a capacidade de ouvir, compreender e respeitar os demais; é sabido que o ensino de música contribui para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, afetivo e emocional, mas principalmente na construção de valores pessoais de crianças, jovens e adultos.

A música constitui-se como campo específico de atuação profissional pelo seu potencial para desenvolver diferentes capacidades mentais, motoras, afetivas, sociais e culturais de uma população. Vale lembrar que o ensino de música na escola básica não visa a formação de um profissional em música, e sim fomentar a compreensão da diversidade de práticas e manifestações musicais da nossa cultura, assim como de tantas outras expressões artísticas.

Essa pesquisa foi realizada com professores de música e de ensino regular que tem alunos estudando música e alunos que não são vinculados ao ensino de música, a fim de identificar se essa matéria estimula e reforça a aprendizagem e se há mudanças significativas entre as aulas com música e as aulas sem música. O público em questão é da cidade de Patos, no sertão Paraibano, professores da escola pública e com professores de música do projeto federal “Mais Educação” da referida cidade.

2 A HISTÓRIA DO ENSINO DE MÚSICA NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: um olhar



Fonte: https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=7qUBV9aHHvPM8AfRuIGoDQ&gws_rd=ssl#q=jim+warren+obras

A música teve e tem um papel importante na construção da identidade brasileira, desde a catequização dos índios durante a colonização até os dias atuais, contudo em cada período e a cada movimento ou modelo de ensino ela se adequava as nescidades da época. A música ou a musicalidade é um instrumento bem eficiente para conter e expandir ideias, por estar muito atrelado as questões culturais e assim dizemos também, que a música é o principal alicerce para a construção de identidade de um povo. Além de ser uma expressão artística, a música gera conhecimento, informação, autoafirmação, seu ensino ou a musicalização escolar além de fomentar a sensibilidade artística também desenvolve a disciplina e aflora a dedicação que o próprio exercício em arte exige.

A prática musical em si ajuda em diversas áreas do desenvolvimento humano, desde o despertar da criatividade e da sutileza ao reconhecimento do corpo e espaço, aprimora o ritmo, a noção espacial e o reconhecimento corporal. Nos faz aprender pelos sentidos e ainda se mostra como grande objeto de intervenção multidisciplinar, pois é capaz de abarcar muitos assuntos num mesmo momento/ato. O que torna o entendimento mais real e assim a acomodação do conhecimento é mais eficiente.

2.1 CIRANDANDO PELA HISTÓRIA DA MÚSICA E A LEGISLAÇÃO



Fonte: <https://pequenopolis.wordpress.com/>

A música sempre esteve presente na vida das pessoas em todas as culturas e classes sociais. Sua evolução se apresenta ao longo da história da civilização humana como elemento de identificação cultural. A partir da Idade Média, período no qual o ensino da música era restrito aos mosteiros, a música tinha como principal função louvar a Deus e a educação musical foi confiada à Igreja para onde eram encaminhadas as crianças talentosas para aprender o ofício de músico, o objetivo era centrado na boa produção musical, destinada a atender às necessidades litúrgicas das Igrejas, não existindo nenhuma preocupação com o desenvolvimento musical da criança ou com sua educação e bem-estar.

No Brasil, o ensino de música nos primeiros anos de colonização era indistinguível do medievo europeu, estando restrito ao clérigo e a uma fração mínima e erudita da nobreza. Mudanças sensíveis só seriam sentidas a partir do séc. XVIII com a reestruturação ocasionada pela expulsão dos jesuítas.

A expulsão dos jesuítas, em 1759, introduz mudanças no sistema escolar brasileiro. Após um período de desestruturação, ocasionado pelo fechamento dos colégios inacianos e pela demora, por parte da Coroa, em assumir seus compromissos em relação ao ensino, a educação brasileira começa a sentir os efeitos dos novos ventos que atingem o cenário educacional português. Loureiro, (2014).

A mudança no cenário político educacional do Brasil estava se consolidando e com isso o modelo e métodos de ensino também. Iniciava-se as Aulas-régias, apesar de incorporar outras disciplinas com conotação histórica, a música continuava em seus planos curriculares, mas não havia perdido sua essência religiosa e ainda era voltada aos cânticos e exaltações religiosas. Somente nos anos de 1930 é que o ensino de Artes e Música é regulamentado no país, com

relevantes contribuições da Semana de Arte Moderna de 1922 com as práticas de Oswald de Andrade e Anita Malfatti que iniciaram metodologias inovadoras de livre expressão e espontaneísmo em termos estéticos na arte infantil. Já no final dos anos 30 a Reforma de Fernando de Azevedo cria o jardim de infância e a musicalização de crianças, assim como o ensino de música para diversos cursos, (Lei Federal nº 3.281, de 23/01/1928), regados pelas ideias da Escola Nova proposta por Dewey.

Ainda na Era Vargas o Canto Orfeônico constava no currículo da escola regular e sua finalidade era a alfabetização musical. “Uma vez implantado na escola regular, seria possibilitada uma popularização da prática e do conhecimento musical, que passariam a atingir diversos setores sociais” (LISBOA, 2005, p.58). Tinha como base hinos cívicos e valores morais em suas letras. O Decreto nº 19.890, de 18 de abril 1931, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, instituiu o ensino de Canto Orfeônico como disciplina obrigatória nos currículos escolares nacionais, permanecendo assim nas três décadas seguintes: 1930, 1940 e 1950. Anos mais tarde, o decreto Lei nº 4993 de 26 de novembro de 1942, instituiu o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO). Mas todas as iniciativas e leis que regulamentavam o ensino de Música e Artes foram dissolvidos ou reduzidos em meados dos anos de 1960 pelo Estado de Exceção ao qual o país se encontrava, somente no final dos anos de 1980 com a nova Constituição Federal é que retomou-se a preocupação da oferta de disciplinas como a de Música.

Assim as Políticas Públicas de Educação Nacional se debruçaram para as reformas educacionais necessárias em suprir as demandas de problemáticas a cerca do pobre currículo que era obrigatório, com isso, aconteceram diversas consultas com os profissionais em educação e a sociedade civil em geral. As mudanças curriculares também eram de interesse de todos e ouvi-los era preciso para que se efetivasse os objetivos esperados para tais mudanças.

Durante os anos 1960 houve mudanças na organização da educação nacional, a inclusão do ensino de Artes iniciou-se com a deliberação de nossa primeira legislação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), que propôs no artigo 38 § 4º, “Atividades complementares de iniciação artística”.

Sobre a primeira LDB, Barbosa (2002,a p.45) afirma que:

Sua generalidade, criticada por muitos analistas da Educação, permitiu a flexibilidade necessária à continuação efetiva da experimentação que emergia na Lei de 1958. Foram de significado algumas experiências realizadas com arte-educação em escolas públicas e particulares.

No período do Governo Militar foi instaurada a reforma educacional no Brasil, expressa na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. A partir dessa Lei, foi estipulada a inserção da Educação Artística nas séries iniciais do Ensino Fundamental. De acordo com o artigo 7º: “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus”. Em 1977, o MEC criou o Programa de Desenvolvimento Integrado de Arte Educação (Prodiarte), dirigido por Lúcia Valentim, com o objetivo de integrar a cultura da comunidade e da escola por meio de convênios com órgãos estaduais e universidades. E tinha como objetivo promover a expansão e melhoramento do ensino de Artes nas séries iniciais, assim como enriquecer as experiências professor/aluno, o encontro do artista com o aluno e valorizar a produção do artesão junto à comunidade.

Com isso o ensino de Música ficou cada vez mais escasso devido a não obrigatoriedade e a implantação da Educação Artística como componente curricular que contemplava as linguagens plástica, teatral, musical e a dança, ficando a critério das instituições abordarem qualquer uma das expressões artística.

O presidente Lula sancionou no dia 18 de agosto de 2008, a Lei Nº 11.769, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de Música nas escolas de Educação Básica. Nesse sentido, a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), tem atuado diretamente na organização de Congressos, fóruns diversos e publicações científicas que têm contribuído efetivamente para as discussões, reflexões e ações relacionadas à prática da educação musical nas escolas. A Associação tem ainda, através de ações da diretoria e dos seus sócios em geral, participado ativamente do cenário político de implementação da Lei dialogando com os diferentes segmentos político-educacionais que atuam na definição dos rumos da educação brasileira.

2.2 A MÚSICA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM



Fonte: <https://pequenopolis.wordpress.com/>

Segundo o dicionário Aurélio, ensinar é a capacidade de instruir, indicar algo; e aprender é o ato de adquirir conhecimento. Partindo desses conceitos, essas práticas são constantes e sempre no intuito de aumentar ou expandir as capacidades de entendimento do ser. O ensino de Música na escola básica pode ser visto e deve ser tratado como tal, pois toda forma positiva de incitar o conhecimento é válida e como a Música e outras expressões da arte nos desperta a criatividade e nos tornam sujeitos mais abertos a novos conhecimentos, esse ensino se torna também combustível e facilitador das aprendizagens normativas do ensino da escola básica.

A Música é capaz de ativar regiões cerebrais que podem contribuir ou mesmo substituir atividades que estejam com pouco desempenho, com isso a musicoterapia, por exemplo, é um método que se mostra eficiente em pessoas com certos tipos de afasia e outros problemas de fala ou de expressão e que em algumas ocasiões a fonoterapia não obteve êxito.

A incapacidade de se comunicar pode causar frustrações e nos levar ao isolamento, por sermos uma espécie linguística, a não comunicação verbal tornar-se-á, a certa medida, frustrante. Mas ao saber que indivíduos com essas peculiaridades, ao descobrir que o cantar pode modificar essa condição, mesmo que saibamos que cantar não é uma comunicação proposital e sim uma comunicação existencial muito básica, pode servir de veículo para expressar sentimentos em que antes havia maior dificuldade. Isso pode ser interpretado com entusiasmo pelo indivíduo, pois ainda há maneiras de ser ouvido.

A linguagem e a música dependem de mecanismos fonadores e articulatórios que em outros primatas são rudimentares, e ambas, para serem avaliadas, dependem de mecanismos cerebrais distintamente humanos à análise de séries de sons complexas, segmentadas e em rápida mudança. Entretanto, existem

diferenças fundamentais (e algumas sobreposições) na representação da fala e do canto no cérebro. Sacks, (2007. p.212)

A origem da fala, segundo Luria, é social tanto quanto neurológica, há necessidade de interação, assim como o canto; a Música, por isso é essencial nas trocas entre aprendentes e facilitadores. A musicoterapia obteve progressivos significativos em pacientes afásicos que passaram de um nível quase de mutismo para a pronúncia não proposital. Acredita-se e se viu que com essa técnica foi possível (re)ativar áreas distintas do hemisfério direito, homólogas à área de Broca. Ou seja, a habilidade linguística geralmente associada ao hemisfério esquerdo foi reforçada pela atividade desencadeada no hemisfério direito, onde se sabe que os estímulos musicais poderiam acelerar ou mesmo difundir a capacidade linguística do indivíduo.

Há alguns anos nos deparamos com a plasticidade cortical, na qual algumas áreas afetadas por motivos diversos podem ser ‘substituídas’ por áreas homólogas e assim satisfazer as necessidades do indivíduo, por exemplo a fala, pois o hemisfério direito possui rudimentares capacidades linguísticas e pode se tornar um eficiente órgão para tais fins, sendo a musicalidade a chave para essas mudanças.

Ressaltando essas mudanças possíveis, colocamos a pergunta em questão: O ensino de Música nas séries iniciais não tornará mais eficiente o aprendizado, vide os ganhos que se obtêm com tais atividades? A Psicopedagogia se pretende sempre encorajar e facilitar de maneira salutar o aprendizado do indivíduo, e fomentar as mudanças curriculares parte também da questão se ela aglutinará ganhos e quais os meios e métodos para não tornar essas experiências traumáticas e vazias. É certo que a interdisciplinaridade é uma questão recorrente quando falamos de ensino e os ganhos são palpáveis e visíveis.

3 METODOLOGIA



Fonte: https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=7qUBV9aHHvPM8AfRuIGoDQ&gws_rd=ssl#q=jim+warren+obras

A presente pesquisa de caráter qualitativo responde a questões muito particulares pertencentes ao universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Como destaca Minayo (2010), fenômenos humanos são entendidos como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes.

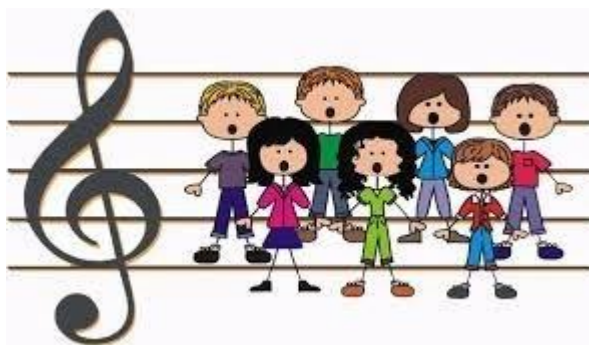
O método que usamos foi simples e prático. Após a escolha do modelo, ou perfil de interesse segundo critérios selecionados, que foram: ser profissional de escola básica ou Centro de Referência para Pessoas com Deficiência e profissional da área de música, professor de música e da rede pública de ensino, onde a presente pesquisa foi realizada, buscando verificar as consequências da obrigatoriedade do ensino de Música na educação.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada, de maneira que contemplasse os conhecimentos e disponibilidade do entrevistado, e feitas questões propostas pela entrevistadora, que se nortearam pelas experiências desses profissionais com o ensino de Música e os ganhos e perdas dos mesmos com esse componente curricular.

Conseguimos a colaboração de três professores que gentilmente contribuíram para o sucesso da pesquisa. Uma professora de ensino primário, uma professora do Centro de Referência para Pessoas com Deficiência e um professor de Música. Cada um relatou suas

experiências e envolvimento com a prática de Música ou a não prática musical e a falta que a educação musical faz nas atividades educacionais.

3.1 PARTICIPANTES:



Fonte: <https://pequenopolis.wordpress.com/>

Contamos com a participação de 3 (três) professores para concretização da presente pesquisa, sendo uma professora de ensino primário, uma do Centro de Referência para Pessoas com Deficiência e um professor de Música, todos da cidade de Patos/PB.

A professora do ensino primário V.S. tem formação em Pedagogia e tem mais dez anos de profissão nos relatou suas experiências com o ensino de Música e se disse insatisfeita, pois o responsável pela disciplina não tinha nenhum conhecimento didático e prejudicava muito o planejamento que elaboravam e por diversas vezes atrapalhava o desempenho nas outras disciplinas, pois não havia uma interdisciplinaridade. Ela ainda ressalta que esses efeitos negativos foram frutos de dedicação e falta de profissionais que pudessem acompanhar e conduzir aquelas novas experiências na escola, mas acima de tudo destaca que a falta de estrutura física da escola não comportam aulas dessa natureza, mesmo sendo ministradas em horários opostos às aulas regulares, a escola não dispunha de equipamentos suficientes e tão pouco espaço apropriado para as aulas.

A segunda colaboradora, a professora L.L.M. formada em História e com curso de magistério, atua a dezoito anos como professora, sempre voltada à educação especial nos relata a falta de oportunidade que os alunos do Centro de Referência em Educação tem com o ensino de Música, embora o centro atenda diferentes deficiências não há nenhum programa ou estimativa para esses alunos. O que, segundo ela, é uma perda absurda, pois sabe da importância e os possíveis benefícios que o componente curricular trará aos alunos.

O terceiro colaborador A.J. é um jovem professor de Música, contudo tem experiência longínqua com a Música, desde de criança participava de grupos de fanfarra e assim se tornou músico estudante/professor em projetos como o Mais Educação e o PRIMA, hoje estuda profissionalmente e recentemente pleiteou uma vaga na Orquestra Jovem da Paraíba. Ele relata suas experiências como ministrante de oficinas e as aulas particulares que leciona, e diz que acompanhava de perto o desempenho escolar de seus alunos vinculados aos projetos que trabalha. Mas um caso bem particular e desafiante foi quando teve a oportunidade de lecionar para uma criança autista, o desempenho da criança foi impressionante, um ganho em potencial para ambos, a criança teve bons êxitos na escola e na socialização, que os pais do aluno creditam à prática musical do filho.

3.2 INSTRUMENTOS:

Para realização da pesquisa, os dados foram coletados através de uma entrevista semiestruturada. Aliando-se a essas colaborações foram feitas pesquisas documentais a respeito do assunto.

Para a entrevista não foi usado equipamentos sonoros nem gravadores, foi debatido o tema, abordados os interesses da pesquisa e discutido a realidade de cada colaborador em seus ambientes de trabalho levando em consideração o tempo disponível de cada um.

Com dois dos participantes houve mais de um encontro, a fim de discutirem a cerca da problemática da pesquisa, fatos esses que colaboraram muito para a compreensão da pesquisadora sobre a visão dos professores a respeito dessas mudanças.

3.3 PROCEDIMENTO

A pesquisa teve início após aprovação das instituições, do Conselho de Ética e dos participantes. Foi apresentado o projeto às instituições públicas escolhidas a fim de solicitar as devidas autorizações para a coleta dos dados. Após a concordância das escolas e o Centro de Referência para Pessoas com Deficiência, os professores foram convidados a participar da pesquisa respondendo a entrevista em seu ambiente de trabalho. Antes da entrevista foi

informado a voluntariedade da participação, o caráter anônimo e confidencial de todas as informações.

Uma vez tendo concordado com a participação no estudo, os professores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido baseado nos preceitos éticos vigentes para a realização de pesquisas com seres humanos, defendidos pela Resolução n. 466/12 do CNS/MS.

Após explicar todas as dúvidas surgidas foi informado que os dados coletados ou resultados ficaram disponíveis para os interessados. A entrevista foi aplicada individualmente, respondida de forma independente por cada participante, tendo uma duração média de 20/30 minutos.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados, através da análise qualitativa descritiva, seguindo a perspectiva de LUDKE, 1982, que envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto que se preocupa em relatar a perspectiva dos participantes. Todos os dados obtidos através do instrumento e procedimento já relacionados foram sistematicamente organizados e devidamente analisados de maneira qualitativa possibilitando verificar a opinião e conhecimento de cada professor sobre as experiências desses profissionais com o ensino de música e os ganho e perdas do mesmo com esse componente curricular.

4 RESULTADOS

O objetivo que buscamos alcançar com esse estudo é, e continuará sendo, combustível para mais análises e estudos futuros que possibilitem e reafirmem que o ensino da Música nos primeiros anos de escolarização ou alfabetização das crianças é essencial para o pleno desenvolvimento das atividades neurais e cognitivas do aprendente. Destacamos que de fato não foi fácil chegar ao “Q” da questão pontual do problema, repensá-lo diversas vezes e discutir sobre a problemática foi atividade diária, refiná-lo era preciso e isso acontecia a cada

oportunidade de conversa e troca de informações com os colaboradores, os professores que muito contribuíram com suas experiências e também com suas expectativas de mudanças curriculares.

Encontrar material científico que corroborasse a análise da pesquisa, assim como literatura que abarcasse o tema, e não tivesse somente conotação psicológica ou recreativa, foi uma verdadeira odisséia. O ensino de Música, assim como das Artes de um modo geral é visto com olhos menos preocupados e tratados com menos importância em relação ao ensino dos demais componentes curriculares.

O público-alvo foi reduzido à opinião dos profissionais da educação e o objetivo foi saber deles se esse componente de ensino trará resultados benéficos à sua prática diária de trabalho, ou se não será mais um processo deliberadamente cumprido sem nenhum vínculo com as demais disciplinas. Mesmo cientes da importância de matérias afins para o desenvolvimento pleno do aprendente, pois as experiências vividas por alguns colaboradores não foi satisfatória, devido a falta do próprio domínio do assunto.

Não foram coletadas as opiniões de outras pessoas envolvidas no processo, como os alunos, devido a não obrigatoriedade da disciplina no currículo atual. Seria precoce iniciar um levantamento de dados com crianças que ainda não conseguem distinguir de maneira coerente os ganhos do ensino regular com a “obrigação” de cumpri-los. O modelo de ensino hoje ainda é competitivo e simplesmente pontual, o ponto no qual se quer chegar está logo ali, e em alguns casos é visto como uma mera alternativa de passar o tempo ou obrigação de seus cuidadores em mantê-los matriculados, sem se importarem de fato com o desenvolvimento cognitivo de seus filhos, salve as exceções, mas é sensível esse tipo de fato nas escolas públicas.

5 DISCUSSÃO

Ao nos depararmos com mudanças significativas principalmente na educação, nos colocamos a pensar o quanto isso será benéfico ou prejudicial nas mesmas proporções, o ensino de Música foi há muito tempo um componente importante nas escolas básicas. Um passo importante para a formação contínua e completa do ser cognoscente que almejamos formar para os próximos tempos. Os próprios profissionais da educação sentem a necessidade de refazer um ensino que compreenda todas as necessidades dos aprendentes e formem não somente pessoas letradas e conhecedores das operações matemáticas. O ensino da Arte e em especial da Música

é uma maneira de começar as mudanças nos dias de hoje, em que cada vez mais se preza por uma educação completa, que alimente de conhecimento e também de sensibilidade.

É perceptível nos desejos dos professores sair do modelo tradicional, apesar de vários avanços nas metodologias de ensino, dar asas à criatividade é mais uma peça para completar o grande quebra-cabeças do aprender. A Música é capaz de fomentar muito a aprendizagem, além de contribuir diretamente na vida diária dos alunos, ela pode acelerar ou mesmo otimizar os processos educacionais e é um vetor para a multidisciplinaridade nas escolas.

Sabe-se que a musicoterapia, hoje muito difundida como técnica terapêutica, tem nos dado grandes avanços e progressos em pessoas com diversos problemas cognitivos ou motores, de afásicos a portadores de Parkinson. Não trataremos aqui, que a inserção do ensino de Música venha para as escolas como terapia, mas sim como algo catalisador do aprender.

A Música tem a seu favor a contemplação de tudo e propicia desde o despertar da linguagem à aquisição de ritmo e percepção corporal tão importantes para o desenvolvimento, principalmente nas crianças pequenas, por isso quanto mais cedo for o contato com o conhecimento e aprendizado da Música, muito mais prazeroso e natural será o desenvolvimento cognitivo dos aprendentes. Não é a toa que nas séries iniciais é comum a apreciação de Músicas infantis, nas quais podemos encontrar letras e ritmos, gingados que ajudam as crianças nas atividades básicas como respeitar o outro e o conhecimento de si, seu corpo e coisas basilares ao seu entendimento como humano e para com o mundo a sua volta.

Nesse sentido, devemos construir uma Educação Musical consciente de suas condições de tempo e espaço e que seja acolhedora e respeitosa tanto das expectativas quanto das particularidades culturais dos envolvidos. Essa educação deve proporcionar as possibilidades para que todos assumam a tarefa fundamental do ser humano: a tarefa de se tornar ouvinte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar esse breve estudo foram necessários muitos exercícios de reflexão sobre o assunto e levá-lo a luz do que a Psicopedagogia pretende, que nada mais é do que fomentar de maneira mais simples e direta a posse do conhecimento pelo aprendente e que lhe tragam verdadeiras transformações diárias e permanentes na sua construção como ser pensante e atuante. A construção de consciência que direcione a sensibilidade, a percepção e o pensamento do sujeito criativo, propiciar um conhecimento das artes mais significativo, incorporar-se ao ensino formal com o mesmo status das outras disciplinas.

O psicopedagogo estará diretamente ligado a todas as mudanças curriculares que existam, por isso é necessário que nos debruçemos quanto a importância das discussões a esse respeito e tomar para nós a consolidação de tais mudanças, entendendo que cada aprendiz tem seu tempo e suas peculiaridades, assim como os outros profissionais envolvidos no grande percurso do ensinar. É básico compreender que podemos otimizar a atuação dos professores e a recepção dos aprendizes.

Esse ensaio pretende ir além do que a simples exploração de opiniões dos profissionais que hoje ainda não convivem com a realidade do ensino de Música, principalmente nas séries iniciais, e buscará desenvolver mecanismo que promovam a eficiência e os ganhos de novos currículos, principalmente no desenvolvimento global das crianças que iniciarem na escola na qual esse componente seja obrigatório. Será uma análise mais minuciosa e de uma observação mais direta e pretende também saber dos próprios alunos suas percepções sobre o ensino de Música e como isso influencia na sua vida escolar e pessoal.

MUSIC AND LEARNING: the musical language as optimizer of learn

ABSTRACT

This article aims to discuss the history of music education in schools as a compulsory component, its extinction and return to normative curriculum and its possible implications, positive and negative, as well as teacher's opinion about this curriculum change. It also discusses the music therapy's gains and the advances of method in developing of the verbal language in aphasic people, and suggests that the musical practice can be an enabler of learning especially in the initial series of pre-school. All this tailored to the psychological education look, working with the expected changes and ensuring the planning and execution of these changes, together with the whole school community. in order to become increasingly accessible and playful the act of learn.

Keywords: Music Education. music therapy. playful educational psychology.

REFERÊNCIAS

BACARIN, Ligia Maria Bueno Pereira. **O movimento de arte educação e o ensino de artemo Brasil:** história e política. 2005. 216f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte educação no Brasil.**- 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BUORO, Anamelia Bueno, **O Olhar em Construção:** Uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. Cortez Editora, 2009.

LOUREIRO, Alice Maria Almeida. **O Ensino de Música a Escola Fundamental:** Uma Incursão Histórica. PUC/MG, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

NASCIMENTO, Sônia de Almeida. **Ensino de Música na Educação Básica:** Estudo Analítico de Dados e Contribuições. CNE/UNESCO, Rio de Janeiro, 2013.

SACKS, Oliver. **Alucinações Musicais:** relatos sobre a música e o cérebro. Tradução: Motta, Laura Teixeira, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

Dicionário Aurélio, online. Acesso em 03/06/2016

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, quero dedicar esse trabalho a minha filha Eloise, que me motivou a explorar como a música pode influenciar na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo de bebês, ao meu companheiro de todas as horas W. Diniz, que por diversas vezes me escutou e procurou me auxiliar no que podia, a minha mãe Magali, por existir, e aos familiares, pelos discursos encorajadores.

Agradeço imensamente aos colaboradores/entrevistados que mostraram suas realidades e o desejo de mudança. Obrigada aos colegas de turma pelas parcerias de toda uma jornada, aos professores/facilitadores que contribuíram enormemente para o meu aprendizado tanto acadêmico quanto pessoal, principalmente a minha professora Norma por toda a ajuda, colaboração e amadurecimento das ideias para esse propósito, e ofereço humildemente essas linhas aos colegas acadêmicos que se interessem pela temática e possam contribuir para trabalhos análogos.